



Revista do Instituto de Estudos  
Brasileiros  
ISSN: 0020-3874  
[revistaieb@usp.br](mailto:revistaieb@usp.br)  
Universidade de São Paulo  
Brasil

De Tommasi, Livia; Velazco, Dafne  
A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do  
empreendedorismo de base comunitária  
Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, núm. 56, junio, 2013, pp. 15-42  
Universidade de São Paulo  
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=405641278002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

# A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária

Livia De Tommasi<sup>1</sup>

Dafne Velazco<sup>2</sup>

## *Resumo*

O texto é resultado de uma pesquisa de caráter etnográfico realizada na Cidade de Deus, um dos primeiros territórios da cidade de Rio de Janeiro onde foi instalado o programa de “pacificação” das favelas, promovido pela Secretaria de Estado de Segurança. Procuramos compreender as transformações ocorridas após a instalação da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), analisando os dispositivos de intervenção acionados pelos setores públicos e privados e suas relações com o emaranhado de entidades locais, assim como com os moradores em geral. Pretende-se mostrar como as intervenções procuram sustentar a imagem de “pacificação” e de “integração” da cidade; ao mesmo tempo, são acionados dispositivos que provocam a ampliação do mercado consumidor interno e a promoção de diferentes formas de empreendedorismo “de base comunitária”<sup>3</sup>.

## *Palavras-chave*

Favela, empreendedorismo, práticas estatais.

Recebido em 3 de outubro de 2012

Aprovado em 8 de março de 2013

VELAZCO, Dafne; TOMMASI, Livia De. A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 56, p. 15-42, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p15-42>

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

<sup>3</sup> Uma primeira versão desse texto foi apresentada no 35º Encontro Nacional da Anpocs, em 2011.

# **The Production of a New Discursive Regime About Slums in Rio de Janeiro and the Many Faces of Community-based Entrepreneurship**

Livia De Tommasi

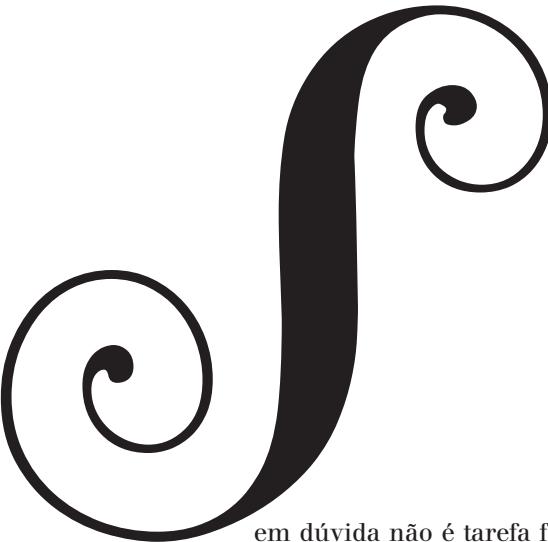
Dafne Velazco

## *Abstract*

This text is the result of an ethnographic research conducted in Cidade de Deus, one of the first territories in the city of Rio de Janeiro where the slum (*favela*) “pacification” program (UPP) promoted by the state government was installed. We tried to understand the transformations that happened after the beginning of the UPP program, analyzing the intervention apparatus triggered by public and private sectors, and their relationship with local grassroots organizations, and also with local dwellers. The research aims to show how the interventions manage to support the “pacification” and “integration” picture, at the same time that the apparatus that causes the expansion of domestic consumer market and the promotion of different forms of “grassroots entrepreneurship” is activated.

## **Keywords**

Slum, entrepreneurship, state practices.



## Premissa

em dúvida não é tarefa fácil, hoje no Rio de Janeiro, falar e escrever sobre o que acontece nos territórios ocupados pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Questão altamente polêmica que parece obrigar a tomar, de partida, um posicionamento partidário: a favor ou contra. Difícil manter um posicionamento crítico e, sobretudo, um olhar analítico, frente à avalanche de elogios – tanto dos “especialistas” como da população em geral – e aos comentários entusiastas difusos na mídia, que utilizam o argumento de uma “libertação” (com profusão de imagens de tanques de guerra, que lembram as dos filmes sobre a libertação do regime nazista), como se efetivamente se tratasse de uma libertação após uma ocupação militar ou uma ditadura. Questão que também permite uma multiplicidade de planos de leituras possíveis. Primeiramente, portanto, é importante explicitar nossas escolhas temáticas e metodológicas.

Nosso olhar inicial se aproximou ao dos estudos que procuram, através do trabalho de campo, responder à clássica pergunta: o que está acontecendo aqui? Fazendo nossas as observações de Havard Becker:

Todos os assuntos que estudamos já foram estudados por muitas pessoas, com muitas ideias próprias. Além disso, são o domínio das pessoas que realmente habitam esse mundo, que têm ideias próprias sobre o que está em jogo neles e sobre o que significam os objetos e eventos que neles têm lugar. Esses especialistas por profissão ou pelo grupo a que pertencem têm em geral um monopólio de ideias sobre seu assunto que não é examinado nem questionado. Os recém-chegados ao estudo do assunto podem facilmente ser seduzidos a adotar essas ideias convencionais como premissas não examinadas de sua pesquisa. A estimável atividade da “revisão da

literatura”, tão cara aos corações das bancas de tese, nos expõe ao perigo dessa sedução”.<sup>4</sup>

Procurávamos indagar, inicialmente, os dispositivos de intervenção acionados pelos setores públicos e privados e suas relações com o emaranhado<sup>5</sup> de entidades e associações locais, assim como com os moradores em geral, num território da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, Cidade de Deus. Se, no discurso oficial, a ação das UPPs é justificada e legitimada com o argumento de que, eliminado o tráfico que controlava os territórios, agora o governo estadual poderá finalmente implantar-se e instalar seus serviços (Estado que, supostamente, estava ausente), cabe indagar: que práticas estatais são essas que atuam nos territórios “pacificados”? O que caracteriza as formas de “integração” das favelas à cidade que o programa chamado UPP Social<sup>6</sup> pretende promover? Quais são as mudanças que a instalação das UPPs provoca nos territórios e na vida dos moradores? Como a população lida com a suposta “chegada” do estado e da legalidade?

Inevitavelmente, o objeto da pesquisa andou deslocando-se na medida em que passávamos a conhecer o local, os moradores e a participar de reuniões e eventos com os agentes “de fora”<sup>7</sup>. O “poder público” tornou-se um conceito com contornos muito menos definidos, as instituições estaduais se corporificaram nos agentes e nas práticas com os quais, concretamente, os moradores se relacionam cotidianamente<sup>8</sup> e as muitas formas do chamado “empreendedorismo” chamaram nossa atenção como uma característica dessa nova fase de difusão do capitalismo nas periferias.

Além de não conhecer muito da vasta produção acadêmica sobre favelas no Rio de Janeiro, também não temos familiaridade com o

---

4 BECKER, Howard. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 24-25.

5 Depois de ter escrito essa expressão, ouvimos uma palestra de uma liderança da Cidade de Deus que, traçando a história da organização comunitária, disse “hoje nós não somos uma rede, somos um emaranhado” se referindo à falta de organização e articulação entre as entidades existentes.

6 Informações sobre o programa podem ser encontradas no site: [www.uppsocial.com.br](http://www.uppsocial.com.br)

7 “Só conhece a realidade quem vive aqui” repetem frequentemente os moradores, ressaltando a divisão irremediável entre “nascidos e criados” na comunidade e pessoas “de fora”.

8 Utilizando as ferramentas analíticas de M. Foucault, o sociólogo Pierre Lascoumes propõe uma abordagem material das práticas estatais, consideradas enquanto “atos através dos quais se operacionaliza o governo dos sujeitos e das populações” (LASCOUMES, Pierre. *La Gouvernementalité: de la critique de l’Etat aux technologies du pouvoir. Le Portique*, Strasbourg, n. 15-14, 2004, p. 5).

trabalho de campo de tipo etnográfico que tem como base um território circunscrito. Por isso, desde logo, pensamos realizar um trabalho de pesquisa de largo prazo, cujos frutos só poderão ser colhidos após um bom tempo. Esse texto, portanto, não tem de nenhuma forma a pretensão de ser conclusivo. No lugar de colocar um ponto ou uma vírgula, procura ser a ocasião para dialogar. Nossas análises são ainda bastante incipientes e precisam, sem dúvida, de um confronto com a vasta produção existente sobre o tema.

Escolhemos organizar nossas observações, após uma breve caracterização do território, da mesma forma como são realizadas nossas visitas: descrevendo nossas andanças e os lugares que visitamos, um percurso geográfico pontuado pelas pessoas que geralmente visitamos e que se tornaram, para nós, bastante familiares. Dessa forma, queremos propor uma abordagem que não coloca em foco um segmento (público ou privado), ou uma associação, uma atividade, uma instituição, uma temática. Ao invés disso, pensamos que é justamente o emaranhado de atividades, entidades, iniciativas, questões e temáticas, ou seja, a polifonia das interações entre elas, que precisa ser entendida nessa reconfiguração do espaço e das relações. Setores públicos e privados, autóctones e estrangeiros, atividades econômicas, sociais, culturais, de segurança, educativas, políticas, nos parecem estar completamente imbricados. Separar (o que é Estado do que é sociedade civil, o que é organizado do que não, privado do público, legal e ilegal) não somente empobrece a análise como é parte da lógica gestionária<sup>9</sup> que precisa ser interrogada.

Curiosamente, inclusive, observamos uma “dança dos papéis”: policiais que realizam atividades de educadores ou animadores sociais, oferecendo atividades esportivas, recreativas e de reforço escolar às crianças; gerentes de banco que funcionam como conselheiros de negócios e empreendimentos; comerciantes que viram caixa de banco; líderes comunitários que gerenciam programas de governo; gestores públicos que transacionam empreendimentos privados.

---

<sup>9</sup> Na análise de Maria Célia Paoli, a lógica gestionária substitui a política pela gestão técnica de territórios e populações. A gestão técnica das necessidades atua segundo o esquema “problemas-diagnósticos-soluções-intervenções localizadas” destruindo a política como expressão de conflitos. “A racionalidade técnica que se sobrepõe à política visa tornar inoperantes as manifestações de contestação”. É um modo de gestão da vida que permite a junção do Estado policial com o Estado gestor. (PAOLI, M. C. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, F. D.; RIZEK, C. S. (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 245).

Se, como nossos interlocutores na Cidade de Deus (CDD) logo apontaram, não ter que conviver com os tiroteios e a circulação livre de armas de fogo é sem dúvida um ganho considerável para a população dos territórios “pacificados”, desde logo também ficou claro que, muito além do que uma política de segurança, o que está se gestando no Rio de Janeiro é uma nova política de gestão da cidade.

### Favela: de lugar do medo a lugar de “encanto”

No Rio de Janeiro, há atualmente um investimento significativo na produção de um regime discursivo que promove uma nova imagem de cidade, uma cidade “pacificada” e em via de ser “integrada”, premissas sobre as quais se apoia a proposta do programa UPP Social. A referência direta é a ideia de “cidade partida” do jornalista Zuenir Ventura: graças à ocupação policial e à “libertação” dos territórios retirados do poder do “tráfico”, a separação pode ser agora superada por meio de dispositivos de promoção da “integração” e do “encontro”<sup>10</sup>. Nessa operação, as práticas discursivas sobre a cidade são reconfiguradas<sup>11</sup>. A difusão de imagens positivas na mídia, sobretudo na digital, espaço privilegiado para a divulgação dos projetos de ONGs e governos, nomeiam a favela não mais como lugar do tráfico, da violência, do perigo, do medo e sim, como lugar da solidariedade, da riqueza cultural, artística e estética, num discurso que exalta a capacidade empreendedora e criativa da população local. Como exemplo, podemos citar o concurso fotográfico “Encantos da favela”, promovido pelo portal *Viva Favela*, um projeto da ONG Viva Rio. Artistas, intelectuais, curadores e promotores turísticos estão ajudando a construir e promover um produto, a favela pacificada, lugar de criatividade, inovação e produção artísticas das “pessoas do bem”; lugar, inclusive, onde é possível fazer turismo e desfrutar das lindas vistas sobre a “cidade maravilhosa” que oferecem as favelas situadas na Zona Sul da cidade.

O argumento principal é que a ocupação das favelas pelas forças policiais permitiria, agora, a entrada do governo estadual e de seus

<sup>10</sup> O Museu do Encontro é uma proposta do antropólogo Hermano Viana, da artista Regina Casé e do produtor cultural Gringo Cardia, para “celebrar o encontro” entre a favela e o asfalto. Cf. <http://riodeencontros.wordpress.com/2010/10/28/um-museu-para-celebrar-o-encontro>. Acesso em: mar. 2013.

<sup>11</sup> Um exemplo: em 2010 na ocasião do dia da favela (4 de novembro) um “monumento” foi colocado no largo da Carioca: uma enorme escrita com as palavras “Favela” e “Rio” e um enorme coração no meio.

serviços nos territórios que até agora teriam estado sob o controle dos comandos do “tráfico”. Expressões como “fui privilegiado de participar de um outro mundo” (fala de um morador no último quadro do *trailer* do filme *4xUPP*<sup>12</sup>), “há que existir um *tsunami social*” (M. Beltrame, secretário de Segurança do Governo do Estado<sup>13</sup>), ilustram com força a representação da ocupação como um divisor de águas histórico.

Como gosta de enfatizar o secretário Beltrame, foi feito, desde o começo da instalação das Unidades, um investimento significativo em comunicação e o comando das UPPs conta com uma assessoria de imprensa muito ativa. As ações são divulgadas, inclusive, através de um site oficial ([www.upprj.com](http://www.upprj.com)); existia também um “*blog da pacificação*” ([www.blogdapacificacao.com.br](http://www.blogdapacificacao.com.br)), criado por três jornalistas, que contava com alguns correspondentes moradores dos territórios “pacificados”.

O programa UPP Social foi lançado nos últimos meses do governo de Sérgio Cabral em 2010 e implantado inicialmente em três comunidades “pacificadas”. O idealizador do programa, Ricardo Henriques (professor de economia que já assumiu vários cargos relevantes no governo federal), ao apresentar o programa, coloca muita ênfase na necessidade de criar “sinergias” entre os distintos órgãos do governo entre esses e o setor privado, para “racionalizar” as ações. Portanto, o foco está no papel de “articulação” que o programa deve assumir (e não o de execução), acionando os distintos setores do governo responsáveis por responder a uma determinada “demanda” do “território”. Por isso, inclusive, o programa supostamente não necessita de uma dotação orçamentária significativa. Racionalização dos recursos, adequação da “oferta” à “demanda” (“escuta forte”, nas palavras do gestor): algumas das receitas da “boa governança”. Durante a cerimônia de lançamento oficial do programa, que aconteceu no teatro do Sesc, no centro da cidade, com a presença de autoridades, representantes do mundo empresarial, das ONGs, da Academia e atores da Rede Globo, foi dada muita ênfase à ideia que inspiraria o programa, resumida na expressão “vamos combinar?”. Ou seja, tratando-se de levar a legalidade aos territórios até então excluídos do convívio da sociedade legal, a definição das regras e normas sociais deveria ser objeto de acordos estipulados entre os livres cidadãos e o poder público. Papel do programa seria, justamente, o de propiciar e coadjuvar gestores e cidadãos na definição desses acordos.

Depois de pouco tempo de atuação, e das eleições estaduais de 2010, o programa passou a ser administrado no âmbito da prefeitura,

---

<sup>12</sup> <http://www.youtube.com/watch?v=INgnchABhRI>. Acesso em: mar. 2013.

<sup>13</sup> <http://www.youtube.com/watch?v=s9EVSoAoxQo&feature=relmfu>. Acesso em: mar. 2013.

funcionando no interior do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Mesmo assim, o governo estadual não abriu mão da estrutura de gestão já montada, que continuou funcionando. Assim, nos territórios “pacificados” as duas equipes de campo (compostas sobretudo por jovens sociólogos ou antropólogos recém-formados) dos respectivos programas passaram a competir, mesmo porque os integrantes são capacitados para atuar segundo a mesma lógica, os mesmos princípios e as mesmas modalidades (articulação local, produção de informações, “escuta ativa”). Após uma disputa sobre quem deveria continuar utilizando a marca UPP Social, o programa do governo do Estado passou-se a se chamar Territórios da Paz.

### **Uma breve caracterização da Cidade de Deus**

Característica peculiar da CDD é de ser o resultado de uma ação não planejada que “desvirtuou” o projeto originário de um conjunto habitacional planejado por um arquiteto italiano e destinado a acolher somente algumas centenas de famílias de classe média: no entanto, os moradores chegaram, em 1966, em consequência das remoções forçadas que o governo operava nas favelas do centro e da Zona Sul da cidade<sup>14</sup>. Famílias desagregadas, experiências urbanas distintas que operaram nesse encontro forçado; para muitos, desejo (e necessidade) de ficar perto da Zona Sul (lugar de trabalho para grande parte dos moradores das favelas, em particular para a vasta categoria das empregadas domésticas); para outros, única possibilidade de encontrar moradia. Os relatos dos moradores da CDD sobre esse início são, ainda, muito fortes e vivos.

A CDD é um conjunto não planejado de conjuntos habitacionais, construídos em diferentes épocas e que respondem a diferentes padrões arquitetônicos, que marcam a divisão do espaço urbano. Os mais evidentes são: o das primeiras casinhas de alvenaria, originalmente com um pátio na frente; as casinhas de dois andares de tijolo (construídas inicialmente para servir como lares temporários durante a “triagem”); os chamados “apartamentos”, ou seja, o conjunto de prédios de quatro andares, pintados de verde; o último conjunto construído alguns anos atrás com recursos da Caixa Econômica, o mais miserável, com casinhas minúsculas que se parecem mais com os vagões de um trem. Muito restritas são as regiões de invasão com barracos precários. O espaço urbano é pontilhado de praças onde são situadas quadras, geralmente

<sup>14</sup> Cf. VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

muito desgastadas, para atividades esportivas. A via expressa Linha Amarela, que leva ao bairro rico da Barra da Tijuca, cruza a CDD e constitui o caminho mais rápido para se chegar de automóvel (e mais caro, indo em direção norte-sul, já que é preciso pagar um pedágio de cinco reais). Uma avenida separa a CDD de um outro bairro com a arquitetura muito parecida, mas bem mais cuidado que, segundo o relato dos moradores, é controlado pelas milícias<sup>15</sup>. Ao redor, os bairros nobres da Zona Oeste. Num canto da CDD estão situadas várias fábricas de produtos farmacêuticos<sup>16</sup>.

O número de habitantes da CDD é já um objeto de disputa: os números do IBGE não param de diminuir; pelo dados do último censo (2010), os moradores seriam 36.015 (enquanto pelo censo anterior eram 38.016). Mas, para os moradores politicamente engajados esse número seria muito maior (entre 60 mil e 100 mil) já que, asseguram, pedaços grandes da “comunidade”<sup>17</sup> (como os nossos interlocutores chamam o local) não estão sendo recenseados; outros não estão sendo considerados como parte do território da CDD. A “dança” das demarcações e dos números é, sem dúvida, um dado a ser melhor compreendido, considerando que os índices demográficos condicionam a instalação dos serviços públicos. A não implantação do programa Saúde da Família na comunidade, por exemplo, foi justificada pelos responsáveis da prefeitura com o argumento do baixo número de habitantes da região, resultado de um corte arbitrário na delimitação do espaço urbano<sup>18</sup>.

Alguns fatos marcaram a história da comunidade. Em particular, muito presentes nas falas e lembranças dos moradores, a enchente de 1996 e o filme de Fernando Meirelles. Citar esse último sempre provoca uma reação forte, de indignação. Não é difícil imaginar de que forma ser identificado como morador do local-emblema da violência e do tráfico no Rio de Janeiro, emblema em escala mundial, pode incomodar a vida das

<sup>15</sup> Conta um dos nossos interlocutores que entre o Comando Vermelho, que controlava a CDD, e as milícias da vereda em frente não existiam grandes confrontamentos. Só alguns poucos mortos do lado de cá ou de lá, esporadicamente. Essa convivência “pacífica” merece ser melhor explorada.

<sup>16</sup> Tanto a Lamsa (empresa gestora da Linha Amarela) como o Laboratório Farmacêutico Federal Farmanguinhos, instalado no local, apoiam frequentemente atividades sociais na região.

<sup>17</sup> Seria interessante realizar uma análise das formas como diferentes agentes nomeiam o local (território, favela, bairro ou comunidade); mas isso, no momento, extrapola os limites desse trabalho.

<sup>18</sup> Devemos ao sociólogo francês Alain Desrosières uma análise aguda dos efeitos de saber-poder da estatística, que tem se tornado, ao longo do século XIX, o instrumento privilegiado das políticas sociais. Cf. DESROSIÈRES, Alain. *La Politique des grands noms*. Paris: La Découverte, 1993.

pessoas. Além disso, os moradores colocam outro argumento: para eles, o filme retratou uma época passada, a época em que o tráfico se instalou na comunidade, mas utilizando os ingredientes típicos de uma época mais recente: o uso de armas modernas e pesadas, o envolvimento de crianças no tráfico. Na época relatada no filme, as armas que circulavam eram artesanais e os traficantes não permitiam o envolvimento de crianças, dizem. Essa mistura de tempos históricos, realismo e ficção, provocou muita indignação pela consequente estigmatização que a CDD sofreu.

Esse foi um momento importante para a retomada do trabalho político, que já tinha sido muito forte durante os anos 1980<sup>19</sup>: as associações e organizações locais aproveitaram-se (e também contrapuseram-se – mas essa é uma longa história, que envolve as sempre difíceis relações com políticos e agentes externos) de uma proposta de articulação promovida pela Cufa (Central Única das Favelas, a ONG criada na CDD pelo rapper MVBill) junto com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, e promoveram, em 2003, a criação de um Comitê Comunitário, ainda atuante<sup>20</sup>, que elaborou um “Plano de Desenvolvimento Local”, com a assessoria de um núcleo de estudos da UFRJ. Anos depois, o Comitê deu origem a uma Agência de Desenvolvimento Local, mas, no decorrer desse processo, realizado com a assessoria de uma ONG carioca que administrava o financiamento obtido junto a uma agência do governo federal, as disputas e os desgastes levaram algumas entidades a se afastar do processo.

### A rua principal e o comércio: diferentes formas de ser empreendedor

O acesso à CDD chegando pela Linha Amarela (é preciso prestar atenção e conhecer o local, porque no sentido Centro-Barra da Linha Amarela, não existe placa na entrada da CDD) é feito por uma ampla avenida, onde estão situados, entre outros: o grande local da escola de samba (extremamente empobrecido e desgastado), uma escola municipal, o Centro de Vocação Tecnológica da Faetec (Fundação de Apoio

<sup>19</sup> Nas paredes de uma ONG local encontramos uma foto antiga: numa passeata, umas mulheres seguram uma faixa com escrito “7 anos de 1º de maio, 20 anos de CDD”. Descobrimos assim que o trabalho político naqueles anos marcava a tal ponto a vida da comunidade que a comemoração de 1º de maio passou a representar o aniversário da criação da CDD.

<sup>20</sup> No portal comunitário da CDD ([www.cidadededeus.org.br](http://www.cidadededeus.org.br)), pode ser encontrado o histórico do comitê, assim como notícias sobre o que acontece na comunidade.

à Escola Técnica), que foi inaugurado em maio de 2010 e oferece cursos “profissionalizantes” de curta duração e baixo nível técnico, a Igreja Anglicana (cujo padre é muito ativo na comunidade e sempre oferece o salão da igreja para realizar atividades), a grande casa da Assembleia de Deus, a casinha da Agência de Desenvolvimento Local, a casa do CEACC (Centro de Estudos e Ações Culturais e de Cidadania), uma ONG local muito ativa.

Na praça que dá acesso à rua principal da comunidade estão situados alguns serviços. No meio da praça, foi instalada uma eficiente academia de esporte, patrocinada pelo Banco Santander. A UPA (Unidade de Pronto-atendimento), foi inaugurada por Sérgio Cabral em maio de 2010 (mais de um ano depois da instalação da UPP no território, que foi a segunda da cidade, em fevereiro de 2009), mas os moradores reclamam bastante pelo mau atendimento oferecido e as lideranças do Comitê Comunitário denunciam: faz dez anos que reivindicam, sem sucesso, a instalação do programa de Saúde da Família; em seu lugar, chegou a UPA 24h, mas os dois serviços respondem a duas lógicas de atendimento médico bem distintas: um é preventivo, o outro profilático. O novíssimo Restaurante Cidadão, que oferece almoço por 1 real e café da manhã por 35 centavos, foi inaugurado em agosto de 2011 com a presença do governador que, pela ocasião, anunciou que uma antiga reivindicação da comunidade finalmente estava em processo de ser atendida: nos locais inativos da FIA (Fundação da Infância e da Adolescência, onde o presidente americano Barack Obama esteve em visita em março daquele ano) seria construída uma escola de ensino médio, a primeira da CDD. Infelizmente, até hoje, não se tem notícia do início dessa construção.

A chamada “rua principal” da CDD é uma rua estreita cheia de lojas, sempre repleta de gente, carros e motos. Na entrada da rua, estão posicionados os indispensáveis moto-táxis que viabilizam a mobilidade dentro da favela, organizados em cooperativas ao estilo das cooperativas de táxi. Na frente de um dos pontos deles, há uma pequeníssima loja, com muros e mobílias muito desgastados, que vende colares de aço. Perguntamos o preço de um (nem dos maiores): 1.200 reais! Ou seja, lado a lado, um restaurante comunitário a 1 real e uma loja de colares de 1.200 reais. Diferentes estilos de consumo que convivem no mesmo espaço.

A maioria das lojas da rua vende roupa ou comida (bares e lanchonetes). Há também um considerável número de salões de beleza e barbearias, atividades que, às vezes, dividem o espaço com outros tipos de comércio. O grande número de lojas que cuidam do cabelo é algo que chama a atenção: “salão nunca está em crise”, dizem.

Desde que iniciamos a andar por lá, em dezembro de 2010, o visual das lojas já mudou bastante, muitas foram reformadas e modernizadas. De todas, a mais linda é a loja do João, numa das estradas laterais à rua principal: as estantes, a disposição do espaço, os produtos vendidos, o ar-condicionado: em tudo igual a uma loja de *shopping* da Zona Sul. João pode ser definido, sem dúvida, como um empreendedor de sucesso: desde muito jovem se engajou em vários tipos de comércio e adquiriu uma evidente estabilidade. Chegamos à loja dele (uma papelaria onde opera uma moderna máquina para revelar fotos) por sugestão do gerente da agência do Bradesco (o primeiro banco a abrir uma agência na comunidade, da qual falaremos com mais detalhes mais adiante), à procura dos empreendedores que ele apontou como os mais bem-sucedidos entre aqueles com os quais o banco se relaciona. São eles que, inclusive, aceitaram operar os caixas “descentralizados” do banco: já que a agência não dispõe de caixas presenciais (só eletrônicos), as operações de caixas (abertura de contas, pagamentos e transferências) podem ser realizadas em algumas lojas do comércio local, que recebem quinze centavos pela transação realizada por meio de uma máquina fornecida pelo banco. Calculadora sempre à mão, João nos informa que está em negociação como gerente do banco para aumentar esse valor e chegar pelo menos ao dobro e assim, com os ganhos, poder pagar uma pessoa exclusivamente para operar a máquina (parecida com as que descontam dos cartões de crédito). Mesmo obtendo muito pouco lucro pelo serviço, para João a instalação desse serviço em sua loja gerou benefícios de outra ordem: primeiro, poupou a diária ida à agência do banco (que era situada em local mais distante) para depositar os ganhos do dia, poupou em tempo gasto e riscos corridos; segundo, os clientes do banco que entram na loja são potenciais consumidores das mercadorias vendidas.

À diferença dos outros comerciantes, que logo de cara (e sem ser interrogados a respeito) nos informam que os lucros do comércio baixaram pelo menos 50% com a chegada da UPP (já que os “traficantes” eram grandes consumidores), João está muito feliz com seu comércio que, manifestamente, vai muito bem. Enquanto os outros comerciantes que operavam os tais caixas em pouco tempo desistiram por ter sofrido algum tipo de ação criminosa (ter muito dinheiro em caixa, evidentemente, chama a atenção), João conseguiu aumentar um pouco o valor do dinheiro repassado pelo banco por cada transação (mas, ainda, não tanto quanto gostaria).

Ainda na rua principal, um pouco à frente, depois de muitas buscas infrutíferas conseguimos encontrar Silvio, outro jovem empreendedor ousado que, apesar da crise provocada pela chegada da UPP, em

vez de fechar sua loja de sapatos (pintada em cores vivas, porque, ele diz, “o povo gosta”), resolveu, seguindo um dos ditames clássicos do capitalismo, crescer: abriu mais duas lojas (aproveitando ao máximo das ofertas de empréstimos e das facilidades oferecidas pelo banco). Hoje está com quatro: a de sapatos, a que vende roupa feminina, uma outra que vende bermudas e camisetas para homens (a loja mais linda, cujo visual pode competir com qualquer loja que vende essa mercadoria nos *shoppings*) e um posto telefônico. Silvio alterna momentos de euforia com outros de muito estresse e dificuldades financeiras. É sempre o primeiro a pleitear as novas modalidades de financiamento que aparecem. Para ele, um grande problema é a mão de obra: difícil encontrar vendedores de confiança, que não roubem. Ele resolveu a questão colocando, em sua maioria, pessoas da família.

Para todos os comerciantes a chegada da UPP trouxe um outro desafio: a regularização do empreendimento. Ou seja: abrir um CNPJ, entender como funciona a burocracia da prefeitura e a muita papelada que precisa ser preenchida, fazer a declaração do imposto de renda. E conviver, agora, com o temor pela possível chegada dos “fiscais”. Porque, como me diz a Mônica, outra operadora do caixa descentralizado do banco em sua loja de presentes, “vou assinar a carteira do meu marido, ou de minha cunhada? Não faz sentido!”. Pequenos atos de resistência, ou melhor, de inconformidade com as regras da legalidade.

Numa outra lateral, já perto do cruzamento central, abriu em 2011 uma pequena loja, toda reformada, de sabão e sabonete, loja na frente e espaço para produção atrás, um empreendimento bem no espírito do moderno “combate à pobreza”<sup>21</sup>: é um grupo de mulheres egresso de um curso sobre empreendedorismo e microcrédito, oferecido por uma ONG de mulheres da Zona Sul da cidade em quatro favelas, curso que resultou no financiamento de um empreendimento em cada favela; curso e empreendimentos financiados com recursos (meio milhão de dólares) de uma multinacional americana (a Chevron), recursos transacionados por uma fundação privada americana, a Fundação Kellogg, muito atuante no Brasil na área da responsabilidade social empresarial. O sabão comum é feito com óleo de cozinha reciclado, que as mulheres recolhem na comunidade. Por enquanto, estão “tirando”, como elas dizem, cerca de trezentos reais por mês. No curso, segundo elas, tudo era decidido “por

---

<sup>21</sup> Para uma discussão crítica sobre o impacto dos programas de microcrédito no âmbito da economia mundial, consultar o livro da indiana Ananya Roy sobre o “Capital Pobreza” (*Poverty Capital*, Nova Iorque/Londres: Routledge, 2010), que os considera um dispositivo importante para a gestão da crise do sistema capitalista via financeirização da pobreza.

consenso”; mas de fato das 38 participantes, só seis se juntaram para criar o grupo. A seleção se deu de forma “natural”: o curso tinha que ser frequentado todos os dias, inclusive aos sábados o dia inteiro. E justamente por ter permanecido o curso inteiro, persistindo e gerando o novo negócio, essas mulheres se veem como um pequeno grupo vitorioso, que com força de vontade e determinação conseguiu o que queria. Esse é o ideal constantemente enfatizado: “O projeto me fez colocar os pés no chão, erguer a minha cabeça e falei para mim mesma que venceria, ia para a luta nessa oportunidade única da minha vida”, relata uma das integrantes numa matéria feita em ocasião da inauguração da loja e publicada no blog da “pacificação”<sup>22</sup>. O dinheiro para abrir o empreendimento (50 mil reais financiados pela Chevron) é administrado pela ONG, que o “libera” gradualmente e acompanhará o grupo até sentir que “a gente está apta para ganhar o mercado sozinhas”, dizem. Quando pergunto o que é preciso fazer para virar empreendedoras, respondem: “é preciso ter coragem, não adianta só querer”. Uma delas tem o sonho de ganhar, algum dia, 5 mil reais, outra 2 mil reais. Coragem, ousadia, confiança: ingredientes chaves do “espírito empreendedor”. Mas, recentemente o número das mulheres integrantes do grupo diminuiu, por causa das dificuldades financeiras que o empreendimento enfrentou depois que o financiamento da Chevron acabou; visivelmente, não é um exemplo de sucesso.

Entre outras coisas, as mulheres me contam dos roubos que estão acontecendo na comunidade, na rua, nas casas, e que antes não aconteciam. “Agora você não pode nem deixar uma bicicleta no meio da rua”. “Efeito perverso” da “pacificação”. Como outros moradores, elas asseguram que antes da UPP viviam relativamente tranquilas na comunidade, “se você não devia nada a ninguém, se ficava na tua, ninguém implicava com a gente”<sup>23</sup>.

Além das lojas, na rua principal encontramos também algumas ofertas de serviços, como a venda dos planos da Sky. A regularização do acesso aos canais fechados de TV é um dos primeiros acontecimentos nos territórios “pacificados”; aliás, como me contou um gestor de outro território, os moradores dizem que “a Net sobe o morro já no carro da polícia de ocupação”. Mas a proposta de planos aparentemente baratos (cinquenta reais) esconde a armadilha: o plano permite o acesso a muito

---

<sup>22</sup> Cf. <http://www.blogdapacificacao.com.br/cidade-de-deus/moradoras-da-cidade-de-deus-viram-empresarias-e-criam-empresa-para-vender-sabao-feito-do-oleo-de-cozinha/>. Acesso em mar. 2013.

<sup>23</sup> Entrevista gravada no dia 4 de junho de 2011.

poucos canais, enquanto os planos “ilegais” ofereciam, pelo mesmo preço, acesso a todos os canais fechados.

Numa lona improvisada na calçada, a Honda oferece planos para parcelar a compra de uma moto. Numa outra, a TIM oferece seus novos serviços de telefone fixo pré-pago.

### O cruzamento onde tudo acontece (ou, a rua do Bradesco)

O cruzamento principal do Lazer, a área central da CDD<sup>24</sup>, é onde passa o canal, ou seja, o rio, ou seja, um esgoto a céu aberto: o mau cheiro é forte. Mas é ali, nas bordas do rio, ou seja, do esgoto, que tudo acontece: eventos públicos quase que semanais durante o ano de 2011, organizados por órgãos federais, estaduais, municipais ou empresas privadas. Ali está localizada a agência do Bradesco, numa casa que é da Associação de Moradores e onde funciona também a sede da Cufa. Aliás, foi a Cufa que cedeu espaço para a abertura do Bradesco<sup>25</sup>. Nesse cruzamento também estão localizados os dois espaços (duas casas grandes, com muitas salas e quintais espaçosos) do governo do estado onde hoje funciona o Centro de Referência da Juventude (CRJ) (mas já foi Casa da Paz e Centro Comunitário, outros programas do governo estadual) e muitas outras atividades. Uma sala está reservada para a equipe de “gestão de território” do governo do estado (enquanto a equipe da UPP Social da prefeitura é mambembe), numa outra funciona o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas), numa outra, aos sábados, acontecem as atividades da Agência de Redes para a Juventude (programa do qual falaremos a seguir); numa pequena sala, funciona o novo programa de microcrédito, o Fundo UPP Empreendedor.

Em 2011, os eventos se sucediam a ritmo acelerado, impossível de acompanhar, no cruzamento principal onde são instalados os palcos para a participação das autoridades. Um dia é o prefeito, que vem anunciar “as melhorias que a Comunidade vai receber como premiação (supérfluo sublinhar o caráter de concessão e não de direito) por ter sido

<sup>24</sup> A CDD está subdividida em áreas, cujos nomes são bastante significativos: 13, 14, 15 (são os números das quadras situadas nas praças), Lazer, Rocinha 2, Karaté, Jardim do Amanhã, Jardim do Amanhã 2, Tangará, Apartamentos.

<sup>25</sup> As modalidades de cessão do espaço ao Bradesco não são muito claras. Alguns dizem que a agência paga um aluguel à Associação; outros que o Bradesco ofereceu, em troca, o dinheiro para a instalação das duas UPPs sucessivas à primeira (que funcionam nos Apartamentos e no Karaté, as regiões de mais resistência dos “traficantes”); outros que “tudo é ilegal” porque a Associação não é dona do espaço e portanto não poderia alugar.

o bairro que mais reduziu o lixo jogado nas ruas. As “melhorias”, ou seja a obra Bairro Maravilha Cidade de Deus, já foram “lançadas” três vezes pelo prefeito<sup>26</sup>. Outro dia são os representantes dos serviços judiciários, numa ação da Casa dos Direitos Itinerante, com a presença do ministro da Justiça: uma feira de serviços jurídicos ambulantes, onde os cidadãos podem fazer denúncias, emitir carteira de trabalho, utilizar os serviços de cartórios etc. Depois, é a empresa de venda em domicílio Natura que monta alguns estandes para “juntar todas as forças sociais da comunidade” (ou seja, a própria Natura, duas ou três ONGs locais que vendem artesanato, e os policiais da UPP, que distribuem “santinhos” para alertar a população sobre a necessidade de preservar o meio ambiente) e dar publicidade a seus produtos. Nas barracas da Natura é possível fazer uma maravilhosa massagem nas mãos ou uma linda maquilagem, ou ouvir a música tocada pela banda dos policiais da UPP, motivando as mulheres a trabalhar como vendedoras. Outra vez, é dia da Feira de Economia Solidária. Em seguida, vem a gestão do Rock in Rio apresentar seu programa social. Todos esses eventos acontecem com a presença ostensiva e fortemente armada dos policiais da UPP, que vigiam o bom andamento das comemorações. É o “tempo do evento” (parafraseando a feliz expressão de Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, o “tempo da política”) no qual aparecem personagens, práticas, relações distintas respeito ao cotidiano que os moradores habitam; tempo durante o qual as adesões tornam-se manifestas e as alianças são sacramentadas (especialmente, no nosso caso, entre os que estão no palco).

Durante os eventos, a esquina se transfigura. Moças de salto alto e *tailleur* falam freneticamente ao celular e moços de terno social preto falam em seus rádios escondidos. Mas os moradores não afluem em massa e os fotógrafos que tiram as fotos para sair na imprensa precisam procurar um bom ângulo, para poder retratar um evento “cheio”. Claro, os moradores têm suas preferências: afluem de forma mais significativa no evento da Natura (sobretudo mulheres e meninas, essas últimas muito bem maquiladas e produzidas), enquanto passam do lado, manifestando seu descrédito, com uma certa ironia, durante o comício do ministro da Justiça (“queremos não só carteira de trabalho: queremos carteira de trabalho assinada!”, diz um transeunte).

Vale ressaltar que as vendedoras da Natura não trabalham no sistema de consignação de venda, e sim compram os produtos na empresa

---

<sup>26</sup> Quando finalmente realizadas, as obras foram bastante criticadas, pela péssima qualidade do material utilizado; em alguns locais, calçadas e asfalto tiveram que ser refeitos várias vezes.

com 20% de desconto e os revendem por conta própria. Ou seja, os ganhos, além de mínimos, como nos fez notar nossa amiga Luana, são sujeitos à insegurança inherente a um mercado local onde todo mundo se conhece e está acostumado a comprar fiado, sobretudo quando a compra-venda acontece em relações informais. Provavelmente, os atrativos não são percebidos somente em termos de lucro e sim também de capital simbólico adquirido pela venda desses produtos, assim como pelo seu consumo (os produtos são bem caros e mesmo assim bastante consumidos entre a população de baixa renda). Mais um sinal de “integração” dos pobres através do consumo. Lembrando que, como Marx mostrou, o capitalismo precisa, para se sustentar, de ampliar sempre mais o mercado consumidor e, consequentemente, os lucros. No Brasil, sem dúvida, existia um mercado consumidor interno historicamente reprimido, que agora está sendo inserido no circuito.

Todo sábado, no quintal do CRJ, encontramos uma cena inesperada, considerando o lugar: um tapete vermelho estendido onde desfilam as (e os) aspirantes a modelos de uma escola de modelos e fotógrafos de moda, a Lente dos Sonhos, que há dez anos funciona na comunidade, por iniciativa de um fotógrafo e uma modelo moradores de lá. Algumas modelos formadas na escola já ganharam as passarelas da Europa. Os cursos são sempre lotados e a sensação é que toda menina da comunidade, em algum momento da vida, passou ou vai passar por lá, alimentando seus sonhos. A escola promove a participação das alunas em eventos de moda, e já participaram da Fashion Rio e da Semana da Moda em Paris e na Dinamarca. A escola não recebe financiamentos a não ser da mensalidade paga pelos familiares, que também colaboram na realização do evento de formatura. Tony Barros, o fotógrafo que criou a escola, é um verdadeiro empreendedor do social. Morador da CDD, ex interno de uma escola (que, ele diz, formava “infratores”), trabalhou durante muitos anos numa fundação muito engajada no trabalho com os chamados “meninos de rua”, protagonizando as lutas dos anos de auge do movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente; ali, começou a se interessar por fotografia, frequentou então vários cursos de formação e começou a trabalhar como repórter fotográfico, para depois passar a trabalhar também no âmbito da moda. Foi o primeiro fotógrafo carioca a fazer uma reportagem de moda numa favela e por isso ganhou fama internacional. Bastante engajado nas atividades associativas e nos movimentos locais, quando pergunto como é viver num “território pacificado” responde simplesmente: “aqui temos que rezar a cartilha, antes era a do tráfico, hoje é a da UPP”. Ainda está esperando o dinheiro que a polícia lhe deve, por ordem judicial, por ter quebrado

sua máquina fotográfica quando, numa noite de carnaval, fotografou um policial atirando para ameaçar os foliões que se recusavam a deixar a festa e ir dormir.

A chegada do Bradesco foi o acontecimento mais significativo depois da “pacificação”. Na inauguração da agência, no dia 5 de janeiro de 2011, estava presente o governador Sérgio Cabral. Como já mencionado, na agência só funcionam os serviços de abertura de conta e empréstimos, além de dois caixas eletrônicos. Os caixas presenciais são “terceirizados” e funcionam em algumas lojas do comércio local. O gerente do Banco é pessoa muito ativa que gosta muito do que faz e do lugar onde trabalha. Parece conhecer todos os comerciantes e empreendedores locais pessoalmente. Segundo ele, na comunidade tem cerca de quinhentos empreendimentos. Conta que, junto com o empréstimo, oferece informalmente os serviços de consultor financeiro: os comerciantes trazem seus livros de caixas e o gerente ajuda na organização das contas, na projeção das despesas e dos investimentos. Depois de menos de dois meses, já tinha conseguido abrir cerca de mil contas individuais e cem de razão social. A política da agência é não oferecer talão de cheque aos clientes, e sim apenas cartão de crédito com teto baixo, “para as pessoas irem se acostumando devagarzinho”, diz o gerente. Mas muitas contas nem são movimentadas (“muita gente abre só para abrir”). “Integrar-se” à cidade é tornar-se correntista.

Para abrir conta não é preciso trazer o comprovante de residência nem de renda. O pessoal passa na associação de moradores, que assina uma carta de garantia. Flexibilização dos serviços, adequação à demanda.

Os empréstimos concedidos são baixos (ao redor de mil reais inicialmente), para “educar” os empreendedores a lidar com esse tipo de situação. O aprendizado do manejo com o sistema financeiro requer tempo, pedagogia e paciência. O valor dos empréstimos é baixo também para que a agência não fique em vermelho. Porque, descobrimos, uma agência de um banco (privado) funciona como uma filial de uma *franchising*, ou seja, é o gerente que tem que encontrar os recursos para reformar o local, alugar as máquinas dos caixas eletrônicos junto à sede central, equacionar as contas com as folhas de pagamento dos funcionários. Os lucros devem servir para financiar as atividades, como qualquer outro empreendimento. Isso dá também uma certa liberdade, diz o gerente, que por exemplo resolveu contratar exclusivamente os serviços da mão de obra local para reformar a casa sede da agência. Mas, como todo empreendimento, esse também comporta riscos, e isso justifica a contenção de despesas com mão de obra para os caixas presenciais. A “descentralização” desses é sem dúvida um recurso importante nesse

sentido. É o espírito do capitalismo moderno, reduzir os custos da mão de obra, flexibilizar as formas de trabalho, adequar o empreendimento às demandas locais. Mesmo assim, depois de um tempo de euforia, a agência foi obrigada a colocar um freio à concessão de empréstimos, por causa dos altos índices de inadimplência.

Atualmente, outro programa de microcrédito, o Fundo UPP Empreendedor, operado por uma empresa privada por conta do governo do Estado no âmbito da Agência Investe Rio, está competindo com o Bradesco no oferecimento de créditos, a taxas de juros bem mais baixas (somente 3% ao ano) e com exigências mínimas para a concessão.

Os jovens são alvo privilegiado das atividades desenvolvidas pelos programas atuantes na CDD. Partindo do pressuposto de que o envolvimento dos jovens no tráfico é produto da falta de oportunidades, a ideia geralmente expressa é combater esse envolvimento por meio de ações que visam ampliar o horizonte de possibilidades dos jovens oferecendo “oportunidades”<sup>27</sup>. Faz-se isso através da oferta de inúmeros cursos e cursinhos de curta duração (o anúncio da oferta desses cursos adorna as paredes do CRJ) cuja eficácia, em termos de profissionalização, é evidentemente duvidosa mas, geralmente, não está na pauta dos gestores, muito mais preocupados com “ocupar o tempo ocioso” dos jovens. Postulando que a amplitude das “redes” sociais nas quais os indivíduos estão inseridos abre seu “campo de oportunidades”, os projetos visam ampliar essas redes e, ao mesmo tempo, ativar positivamente a população jovem, enquanto sujeito e objeto de múltiplas formas de intervenção que visam fomentar, fortalecer, ampliar suas capacidades “empreendedoras” nos mais diferentes campos: cultural, social, econômico<sup>28</sup>.

Assim, todo sábado funciona no CRJ um projeto realizado por um importante empreendedor cultural e social da cidade e da baixada, Marcos Faustini (que já foi secretário de cultura na Prefeitura de Nova Iguaçu e já trabalhou na Secretaria de Cultura do governo estadual), que criou uma “Agência de Redes para a Juventude” com financiamento da Petrobrás e apoio do governo. A iniciativa consiste na formação de jovens para que eles elaborem um projeto social de intervenção para “melhoria das condições de vida na comunidade”. Aqui, os jovens da comunidade

---

<sup>27</sup> Uma das principais reproduutoras desse discurso é a antropóloga Regina No-vaes, que já foi vice-secretária Nacional de Juventude. Cf. TOMMASI, Lívia De. Abordagens e práticas de trabalho com jovens: um olhar das organizações não go-vernamentais brasileiras. *Revista de Estudos sobre Juventud-Jovenes*, ano 9, n. 22, México: CIEJ/IMJ, 2005.

<sup>28</sup> Cf. TOMMASI, Lívia De. Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, jan.-mar., 2012.

são formados durante quatro meses e no final devem elaborar um projeto; um dos quais, depois de passar pelo crivo da avaliação de uma comissão de “notáveis” (muitos dos quais são empresários), receberá um financiamento de 10 mil reais para que possa ser realizado. Os educadores e “mediadores culturais” do projeto são todos jovens de “comunidades”, jovens que já tiveram uma trajetória em projetos sociais e se destacaram pelas habilidades adquiridas. Jovens que, evidentemente, recebem salários “adequados” à sua condição de jovens<sup>29</sup>.

A ideia do projeto é “despertar o sentimento de pertencimento à comunidade” e ao mesmo tempo, promover a circulação na cidade. A primeira pergunta à qual os jovens precisam responder na preparação de seus projetos é se eles têm algum sonho. A segunda, é sobre valores: que valores o projeto vai ajudar a difundir? A intenção é clara: um bom empreendedor é o que persegue seus sonhos e ajuda a difundir na comunidade os “bons” valores (de cidadão e empreendedor? Ou cidadão-empreendedor).

Os policiais da UPP são muito ativos na comunidade e não somente com suas atividades policiais. Alguns tocam nos eventos, outros dão aula de artes marciais no CRJ e em outros espaços. O atual comandante incentiva muito esse envolvimento dos policiais nas atividades sociais e culturais da comunidade. Dentre todos, destacamos a atividade do sargento Muniz, que está à frente de uma escola de futebol numa das muitas quadras, até então abandonada, da comunidade. Antes da UPP, a quadra era um dos principais pontos de venda de droga, “cercada de traficantes armados”, diz o sargento. Ele conseguiu um apoio da entidade criada pelo ex-jogador Zico, a Escola Zico 10, que forneceu as uniformes (com a legenda “Copa de 2014”).

Tudo começou quando, há alguns anos atrás, o sargento foi convidado pela Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (Suderj) para desenvolver o projeto na CDD. Assim, conseguiu a concessão do quartel em que trabalhava, e agora só vai lá uma vez por semana. Nos outros dias, dá aulas na CDD pela manhã e pela tarde. Para participar do projeto, os meninos têm que comprovar bom rendimento e comportamento na escola formal: quem apresentar mau comportamento

<sup>29</sup> Em outros estudos, mostramos como, muitas vezes, esses jovens “educadores” ex “público-alvo” dos projetos são os que sofrem mais, pressionados entre as demandas e cobranças de cima (da coordenação e direção do projeto) e de baixo (dos jovens “público-alvo” que exigem e reclamam pelo tratamento e, inclusive, pela falta de experiência dos educadores). Cf. TOMMASI, Lívia De. Abordagens e práticas de trabalho com jovens: um olhar das organizações não governamentais brasileiras, op. cit.

ou nota baixa é temporariamente excluído da escolinha de futebol. Mas se depois tiver a “humildade” de pedir para voltar e se comprometer a mudar, o sargento sempre guarda a vaga dele.

A ideia é de “regenerar” esses jovens. O que o sargento idealiza é que, no futuro próximo, eles possam seguir suas vidas com as próprias pernas, longe do tráfico. Os meninos são bastante “arregimentados” e andam marchando e cantando com ele na rua (similar ao que fazem os militares dos quartéis). Visivelmente, eles o adoram e o respeitam. Antes da aula começar, o sargento ordena que todos se reúnam em roda dando as mãos. Então começa a conversar numa tentativa de moralização das crianças. Diz que em primeiro lugar deve ser colocado o estudo, em segundo o trabalho e só depois vai se pensar em namorar. Fala com muita autoridade e firmeza, é uma ordem, não algo a ser debatido, como quando cita exemplos de meninas que ficaram grávidas ao inverter a ordem das prioridades. Também incita a ficar longe das drogas e da violência.

Por sua vez, o Sebrae promove a legalização dos empreendimentos e do comércio, ajudando na preparação da papelada e oferecendo cursos de formação (como “Aprender a empreender serviços” e “Oficina de finanças”) para que empreendedores e comerciantes possam se familiarizar com as exigências legais decorrentes de sua nova condição. O Sebrae está também promovendo a criação de uma associação de comerciantes locais, para que se fortaleçam e assim possam, de alguma forma, contrarrestar a entrada das grandes cadeias de lojas de departamentos, como as Casas Bahia, cujo preços competitivos evidentemente impactariam muito negativamente sobre o desenvolvimento do comércio local.

Os cursos oferecidos pelo Sebrae são cursos específicos para Empreendedores Individuais (EI), uma figura jurídica criada pelo governo federal para facilitar a legalização de algumas categorias de trabalhadores informais através da redução dos impostos devidos<sup>30</sup>. Para convencer os empreendedores a se legalizar, os representantes do Sebrae fazem apelo a dois atrativos: o desenvolvimento e a possibilidade de utilizar o cartão de crédito. “O empresário é protagonista do desenvolvimento do território”, diz a responsável de ações comunitárias do Sebrae, numa fala dirigida aos comerciantes locais. E dá alguns exemplos:

A gente tem trabalhado com EIs que hoje estão se tornando micro, ainda mais com a UPP. Por exemplo, Cristiano do Borel com a UPP passou a vender pizza na Tijuca. No Santa Marta tem a Andreia

---

<sup>30</sup> Cf. <http://www.brasil.gov.br/empreendedor/abra-sua-empresa>. Acesso em: mar. 2012.

que tinha uma birosca e começou a fazer camisetas pintadas com as cenas do Santa Marta, e agora tem quatro pontos e está virando micro. Então a gente tem visto que a formalidade traz desenvolvimento, porque uma relação formal com seus fornecedores e clientes coloca vocês em outro *status*.<sup>31</sup>

Mas, apesar dos esforços empreendidos pelo Sebrae e seus agentes (inúmeros consultores que trabalham no campo, realizando encontros de formação à noite ou nos finais de semana), os entraves à formalização são muitos e de diferente ordens. Primeiro: para se formalizar, os comerciantes precisam que seus territórios sejam reconhecidos como Zeis (Zonas Especiais de Interesse Social), ou seja, como áreas de interesse especial, e assim ser isentos da apresentação de documentos que comprovem o registro legal do imóvel onde funcionam. Mas a maioria dos territórios das favelas, no Rio de Janeiro, não são reconhecidos como tais pela prefeitura e portanto seus habitantes não podem apelar a essa legislação para poder se legalizar. Outro entrave é o fato de que o carnê para o pagamento do ISS deve ser impresso pela *internet* e pago a cada mês. A maioria dos comerciantes, depois do primeiro mês em que paga o imposto junto com a inscrição, para de pagar e, portanto, torna-se novamente ilegal. Os técnicos do Sebrae contaram da dificuldade que encontram nas comunidades devido à utilização da figura do EI para driblar os direitos trabalhistas: donos de restaurantes e cabeleireiros obrigam seus empregados a se tornar EI, para não ter que assinar suas carteiras de trabalho e pagar os impostos devidos<sup>32</sup>.

Por fim, cabe salientar que a efervescência de eventos, na CDD, no último ano, diminuiu de maneira considerável. Provavelmente, o território, que não está situado na Zona Sul nem numa região propicia à valorização do mercado imobiliário, não está no centro das atenções dos governantes e investidores (assim como são as favelas da Rocinha ou o Complexo do Alemão).

---

<sup>31</sup> Fala gravada no dia 9 de junho de 2011. Agradecemos aos alunos Giulia Rodriguez, Rafael Limeira e Gustavo Fialho, que foram na reunião e gravaram para nós.

<sup>32</sup> Em agosto de 2012 encontramos um pesquisador do Ipea que nos informou de uma pesquisa que o instituto estava desenvolvendo para avaliar o impacto das medidas de facilitação fiscal para os EI. Os resultados mostrariam o risco dessa figura jurídica ser utilizada para encobrir o emprego de mão de obra sem garantir os direitos trabalhistas. Assim, o setor que mais estaria legalizando EI seria o setor da construção civil, onde o trabalho informal é já bastante difuso. Infelizmente, até o momento, os resultados dessa pesquisa não foram divulgados oficialmente. O tema do empreendedorismo será aprofundado por nós em outros textos.

## **Os invisíveis**

Adentrando um pouco mais, do lado de lá do rio, encontramos um pedaço de lixão num costado, alguns porcos circulando. Atrás, uma fileira de casinhas mais parecidas com os vagões de um trem. Parece somente uma, mas ao nos aproximar, descobrimos que são muito mais, um território desolado e escondido com mais de seiscentas casinhas! São as casinhas do último conjunto habitacional, construído há pouco mais de cinco anos por meio de “parceria” entre a prefeitura, a Caixa Econômica, uma ONG de renome na cidade (o IBASE) e a rede de entidades locais. Parceria complexa e controvertida, que levou a um acirramento dos conflitos entre todos os envolvidos. Os moradores desse conjunto não aparecem nas estatísticas do IBGE nem nos mapas da Secretaria de Saúde. Uma história a ser contada com bem mais detalhes. Aqui, interessa a nós somente sublinhar o contraste: os moradores das casinhas não participam das muitas iniciativas voltadas a incrementar o consumo e o “espírito empreendedor”. E seriam justamente o “público-alvo” do “restaurante cidadão” construído lá na entrada da CDD, ou seja, bastante distante deles. Aqui, as cores da pintura não são vivas; ao contrário, é a escala de cinza que prevalece. Desolação, abandono, muito lixo, muitas crianças brincando com nada. Para eles, não tem academia nem quadra, só alguns pneus velhos amontoados. Imagens fortes que fazem surgir novas interrogações: quem pode se beneficiar desse modelo de “integração” via empreendedorismo e consumo? Qual é o destino reservado a quem fica de fora? Como se determinam as clivagens? As fronteiras deslocam-se, mas não estão borradas.

### **Alguns apontamentos sobre empreendedorismo na favela**

As práticas descritas, sem dúvida, mostram um território diverso e em mutação, onde as investidas são múltiplas e os contrastes, fortes. Nada da homogeneidade com a qual, apressadamente, se descrevem os territórios da “exclusão”.

Licia Valladares considera que os estudos sobre as favelas cariocas postulam e se orientam por três “dogmas”: a especificidade da favela, ou seja, a favela como espaço específico e singular; a favela como *locus* da pobreza; a unidade da favela<sup>55</sup>. Em nossas análises, refutamos claramente

<sup>55</sup> VALLADARES, Licia. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 148-152.

esses “dogmas”. Mostramos a heterogeneidade de situações e experiências na favela, o convívio entre os símbolos e as vivências da pobreza e do sucesso econômico. Queremos, também, chamar a atenção para a não especificidade da favela: o que está acontecendo nesses territórios não é circunscrito e específico a esses espaços; ao contrário, diz respeito a todos nós, enquanto remete à forma como o governo neoliberal se manifesta na atualidade, à forma como o que chamamos de “cidadania” se concretiza, hoje, em práticas e relações sociais. Referimo-nos, em particular, aos incentivos ao chamado “empreendedorismo”, que encontramos, na atualidade, em diferentes âmbitos da vida econômica, social e cultural: dos programas de apoio às micro e pequenas empresas, aos projetos sociais com jovens; das atividades de “responsabilidade social” à produção cultural<sup>54</sup>.

Num texto intitulado “Administrando indivíduos empreendedores”, o sociólogo inglês Nikolas Rose discute a conformação da subjetividade empreendedora como uma estratégia de poder, fazendo referência à concepção de poder elaborada por Michel Foucault. Geralmente, pensamos o poder em termos de dominação, coerção, negação da subjetividade. Por sua vez, Foucault concebe o poder em termos produtivos<sup>55</sup>, “não como uma negação da vitalidade e das capacidades dos indivíduos, mas como a criação, modelagem e utilização dos seres humanos *como sujeitos*”<sup>56</sup>. A subjetividade se torna, assim, objeto, alvo e recurso de determinadas estratégias e procedimentos de regulação, de condução das condutas (o que Foucault chama de governamentalidade). Rose continua:

O vocabulário do empreendedorismo une a retórica política e os programas regulatórios às capacidades de “autodireção” das pessoas. [...] Refere-se a uma série de regras para a conduta da existência diária de uma pessoa: energia, iniciativa, ambição, cálculo e responsabilidade pessoal. O *self* empreendedor fará da sua vida um empreendimento, procurando maximizar seu próprio capital humano, projetando seu futuro e buscando se moldar a fim de se tornar aquilo que deseja ser. [...] O empreendedorismo designa uma forma de governo que é intrinsecamente “ética”: o bom governo

<sup>54</sup> Cf. TOMMASI, Livia De. Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 12, n. 25, 2013; \_\_\_\_\_. Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal, op. cit. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2013v12n25p11>

<sup>55</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 10. ed. ; Petrópolis: Vozes, 1987, p. 161.

<sup>56</sup> ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selves*. Petrópolis: Vozes, 2011 p. 211.

deve ser baseado nas maneiras pelas quais as pessoas governam a si próprios.<sup>37</sup>

Os indivíduos contemporâneos são incitados a viver como se fossem projetos, a tornar-se, cada um, um empresário de si mesmo. No âmbito da racionalidade neoliberal, a autonomia do *self* é objetivo e instrumento das estratégias de condução das condutas. “Governar em um meio de democracia liberal significa governar *por meio* da liberdade e das aspirações dos sujeitos, e não governar apesar destes”<sup>38</sup>.

Nesse sentido, “seres humanos devem interpretar seu passado e sonhar seu futuro como resultados de escolhas pessoais já feitas ou a fazer, isto, porém, dentro de uma estreita gama de possibilidades cujas restrições são difíceis de discernir, já que elas formam o horizonte do que é pensável”<sup>39</sup>.

As iniciativas que acontecem na CDD nos parecem responder a uma determinada lógica de organização social, política e econômica centrada no fortalecimento e valorização do indivíduo, no sentido expresso por Nikolas Rose com a expressão “empreender a vida como uma escolha ativa” em paralelo com uma “de-socialização da gestão econômica”. Retomamos os pontos principais de sua análise sobre as “estratégias de governo”. Governo no sentido utilizado por Foucault na discussão sobre governamentalidade<sup>40</sup>, uma forma de governo que tem como sujeito e objeto a população, ou seja, governo que se realiza não somente sobre, mas também através da população. Governo que age sobre o meio, dispondo as coisas para maximizar os elementos positivos e minimizar os riscos. Governar significa “agir de maneira a estruturar o campo de ação possível dos outros”<sup>41</sup>.

Rose contrapõe as estratégias de governo que se desenvolvem na última década do século XX, àquelas estabelecidas anteriormente:

ao longo do século XX, os domínios da vida econômica e social foram separados, mas regulados de acordo com o princípio da cootimização. À atividade econômica, baixo a forma do trabalho assalariado, foi dado um novo conjunto de responsabilidades sociais, vista como um mecanismo que permite ligar os homens à ordem

---

<sup>37</sup> Idem, Ibidem, p. 215.

<sup>38</sup> Idem, Ibidem, p. 216.

<sup>39</sup> Idem, Ibidem, p. 32.

<sup>40</sup> FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

<sup>41</sup> FOUCAULT, Michel apud PROCACCI, Giovanna. *Gouverner la Misère: la question social en France (1979-1848)*. Paris: Seuil, 1993, p. 19.

social e estabelecer um bom relacionamento entre as ordens familiar, social e econômica.<sup>42</sup>

Assim, através da regulamentação do contrato salarial, a gestão econômica regulamenta e controla a vida social, e “uma série de intervenções no tecido social procuraram maximizar a eficácia econômica da população como uma força de trabalho”. Já ao longo dos anos 1990, assiste-se ao que ele chama de uma “de-socialização da gestão econômica”, consequência do modelo econômico da globalização. Vejamos:

Ao invés de governar o social em nome da economia nacional, se governam zonas particulares – regiões, cidades, setores, comunidades – em vista do interesse dos circuitos econômicos que correm entre as regiões e as fronteiras nacionais. Os destinos econômicos dos cidadãos no interior de um território nacional estão desatrelados, e agora estão compreendidos e governados como uma função de seus particulares níveis de empreendimento, habilidade, criatividade e flexibilidade.

[...] Essa ênfase sobre o indivíduo como um agente ativo no governo de sua própria economia através da capitalização de sua própria existência é paralelo a uma série de novos vocabulários e conjuntos de dispositivos implantados para gerir os indivíduos no interior dos postos de trabalho em termos de reforço de suas próprias competências, capacidades e espírito empreendedor. [...] O trabalho, também, não é mais considerado como uma obrigação social, nem sua eficiência deve ser reforçada através da maximização dos benefícios sociais que o trabalhador encontra no local de trabalho, nem o seu principal papel deve ser o de circunscrever o indivíduo na coletividade através dos efeitos de socialização dos hábitos de trabalho. Pelo contrário, o trabalho em si – para os trabalhadores e para os managers – torna-se um espaço de autopromoção e a gestão do trabalho é realizada em termos de reforço das capacidades ativas dos empreendedores individuais. Sem dúvida, também, poderíamos identificar uma lógica semelhante àquela do trabalho nas tentativas de regenerar as economias locais, especialmente em áreas urbanas: o declínio econômico está sendo bloqueado através de uma série de dispositivos que fortalecem a atividade empresarial dos indivíduos

<sup>42</sup> ROSE, Nikolas: The death of the social? Refiguring the territory of government, *Economy and Society*, v. 25 (3), p. 327-356, ago. 1996, p. 338. Tradução nossa. DOI: 10.1080/03085149600000018

com competências e flexibilidade e aspirações de autopromoção – exemplificado, novamente, com a estratégia atual do governo do Reino Unido para a requalificação urbana.

Finalmente, podemos sugerir que, dentro dessas estratégias do governo que eu denomino “liberal avançado”, encontra-se a emergência de uma nova forma de conceber e atuar sobre as relações entre a gestão da vida econômica e a autogestão do indivíduo [...] A gestão econômica está sendo de-socializada em nome da maximização do comportamento empreendedor de cada indivíduo.<sup>43</sup>

Essa nova gestão econômica provoca uma transformação nas formas de governo das condutas, que Rose exemplifica colocando em foco a ideia de “inclusão”: os incluídos são hoje os indivíduos que detêm os recursos financeiros, educacionais e morais para assumir o papel de cidadãos ativos em comunidades responsáveis. Empreender a vida, no âmbito de todas as práticas diárias, como uma escolha ativa. A inclusão se faz através do fortalecimento da escolha, da autonomia e do consumo.

Se nas décadas passadas a inclusão era concebida como resultado da obtenção de um trabalho assalariado (há uma literatura sociológica importante, no Brasil, que analisa essa forma de inclusão via trabalho assalariado), hoje é a figura do empreendedor que se coloca como modelo e possibilidade de inclusão.

Em época de crise do capitalismo, lembramos que para o economista Joseph Schumpeter a evolução econômica é feita de rupturas e descontinuidades; essa “destruição criadora” é operada por indivíduos empreendedores, ou seja, criativos, ousados e inovadores<sup>44</sup>. Como escrevem Pierre Dardot e Christian Laval, que estudam o neoliberalismo enquanto sistema de normas que orientam as práticas de governo, hoje a concorrência não se faz somente através dos preços, e sim através da inovação, operada por sujeitos que interiorizam a pressão concorrencial “de forma a torná-la a norma da subjetividade”<sup>45</sup>. Assim, “são todas as atividades humanas, até as mais distantes do mercado mundial, que precisam funcionar de forma homogênea segundo a lógica da concorrência”<sup>46</sup>.

---

43 Idem, Ibidem, p. 539-540.

44 SCHUMPETER, Joseph A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

45 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. La Nature du néolibéralisme: un enjeu théorique et politique pour la gauche. *Mouvements*, Paris, n. 50, 2007, p. 108-117. DOI: 10.3917/mouv.050.0108

46 Idem, Ibidem, p. 42.

“O ideal social do mercado é, ao mesmo tempo, uma sociedade de pequenos empreendedores que concorrem entre eles [...] e uma democracia de consumidores soberanos que exercem seu poder individual de escolha”<sup>47</sup>.

Esse modelo pressupõe, para os autores, uma política da sociedade que mira a aumentar a responsabilidade dos agentes econômicos, política que é “aos antípodas de uma política social do Estado-Providência”.<sup>48</sup>

A nosso ver, a “pacificação” no Rio de Janeiro é a ocasião para a instalação de dispositivos que visam ampliar o mercado consumidor interno e promover o “espírito empreendedor”. Se, por um lado, é pelo consumo que os moradores tornam-se “cidadãos”, pelo outro a suposta “inclusão” pressupõe que os moradores virem gerentes de algum empreendimento. Talvez seja por isso que a extinção dos antigos gerentes do comércio ilegal não esteja na pauta, e sim seu desarmamento e sua substituição por novos “gerentes do território”.

Ao mesmo tempo, a entrada na legalidade, a suposta “conquista da cidadania” tem um preço (pagamentos de impostos, regularização dos contratos de trabalho, exposição a pequenos furtos) que os moradores resistem a aceitar e com as quais mantêm, como com os policiais, relações ambivalentes de proximidade e distância.

## Sobre as autoras

### Livia De Tommasi

Professora adjunta II do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, RJ, Brasil).

E-mail: [livia.detommasi@gmail.com](mailto:livia.detommasi@gmail.com)

### Dafne Velazco

Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, RJ, Brasil).

E-mail: [dafnedav@gmail.com](mailto:dafnedav@gmail.com)

<sup>47</sup> DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Néoliberalisme et subjectivation capitaliste*, *Cités 41*, Paris: PUF, 2010, p. 116.

<sup>48</sup> Idem, Ibidem.